

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 15

Sessão Ordinária

26 de Abril de 2016

APROVADA POR MAIORIA.

NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27/06/2016.

-----Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 1.1 Mês da Prevenção de Maus Tratos na Infância – Participação da Assembleia Municipal na colocação de um laço azul nos Paços do Concelho;-----
- 12 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2016;-----
- 13 Informação de Correspondência;-----
- 14 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 – **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** – Prestação de Contas do ano de 2015 que integra o Relatório de Gestão, o Relatório Anual de Auditoria Externa, Relatório Anual de Execução do Plano de Saneamento Financeiro e o Inventário dos bens; -----
- **PONTO 3** – 1.ª Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos;-----
- **PONTO 4** – Recrutamento de dois dirigentes de direção intermédia: Um dirigente de 2.º Grau; Um dirigente de 3.º Grau;-----
- **PONTO 5** – Aprovação definitiva do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;-----
- **PONTO 6** – Criação do Grupo Municipal de Trabalho sobre Agricultura;-----
- **PONTO 7** – Classificação de um imóvel de interesse Municipal;-----
- **PONTO 8** – Associação dos Eleitos das Assembleias Municipais.-----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----José Mário Leite;-----

-----Cristina Alexandra Pantaleão Trindade;-----

-----Maria Helena de Sousa Bernardino;-----

-----Luís Manuel Gonçalves Almendra (*Em substituição do deputado João Augusto Leal Leonardo*);-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Manuel Carlos Prado;-----

-----Mauro Xavier Cristão Gabriel (*Em substituição do deputado Luís Miguel Meneses Macedo*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilarça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras e Maçores;-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Alves Salema;-----

-----António Manuel Lopes;-----

-----José Manuel Aires (*Em substituição do deputado António Júlio Andrade*);-----

-----Magali Isabel Sebastião Amador;-----

-----Ademar Augusto Rodrigues Alves;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----José Carlos Cordeiro – Açoreira;-----

-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Castedo;-----

-----António Júlio Sá Andrade – Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Mós;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha e Cardanha;-----

-----António Manuel de Castro Gonçalves – União de Freguesias Felgar e Souto da Velha;-----

-----Afonso Henrique Alagoa – União de Freguesias Urros e Peredo dos Castelhanos;-----

-----Verificou-se a presença de **vinte e seis** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----**Constituíram a Mesa:**-----

-----**José Mário Leite** – Presidente da Mesa;-----

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten mark in blue ink.

-----**Cristina Alexandra Pantaleão Trindade** – 1.^a Secretária;-----

-----**Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto** – 2.^a Secretária.-----

-----**Faltas:** Faltaram os seguintes deputados:-----

- Maria Vitória Andrade Lázaro (PS);-----
- Maria de Fátima Salvador Gonçalves (PS) (*Em substituição do deputado Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira*);-----

----- A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, a senhora Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses e o Coordenador Técnico Manuel Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:30 horas.-----

-----Passou-se de imediato à discussão e votação dos assuntos da ordem de trabalhos. -----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Com a autorização do Sr. Presidente da Câmara, eu pedia à Sra. Vereadora que nos dissesse, em breves palavras, o que é que consta desta cerimónia.-----

----- **A Vereadora Maria da Piedade Meneses:** Muito bom dia a todos. O mês de abril é definido, há bastantes anos, como o mês da prevenção de maus tratos para crianças e jovens. Essa iniciativa é, no fundo, uma iniciativa a nível nacional, normalmente com o apoio da rede social de cada Município. E é nesse âmbito, e seguindo a tradição dos anos anteriores, que esta semana é dedicada precisamente à prevenção dos maus tratos. E nesse sentido, eu convidava os Srs. Deputados, e o Sr. Presidente, e nós, o Executivo, para estarmos presentes aqui na muralha do castelo, onde vai ser colocada a história, no fundo, da prevenção dos maus tratos e do aparecimento deste dia, e deste mês, como, no fundo, de proteção e defesa dos interesses das crianças e jovens em risco. E nesse sentido, temos o Sr. Presidente da CPCJ ali fora, que aguarda a nossa ida lá, para, no fundo, comemorar o Mês da Prevenção dos Maus Tratos. Eu convidava desde já todos os presentes para, durante esta semana, fazer parte das

iniciativas que foram previstas pela CPCJ, e que englobam o conjunto do programa que está agora a ser visto ali. Há várias iniciativas, a maior parte delas ligadas ao Agrupamento de Escolas, mas desde já os convido também para estarem presentes. -----
Por isso, se o Sr. Presidente assim o entender, dirigíamo-nos ali em baixo, à Muralha do Castelo, colocávamos a faixa – porque a faixa indica toda a história da prevenção dos maus tratos. E começaríamos por aqui, então, se assim o permite.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Vereadora, maltratar alguém é sempre um ato muito desprezível, e que deve ser revoltante, mas maltratar um jovem e uma criança é muito mais, e eu tenho a certeza de que falo em nome de todos os presentes. É com todo o gosto que nos associamos. E portanto, peço aos Srs. Deputados que nos acompanhem nesta cerimónia. Muito obrigado.-----

--- || ---

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos reiniciar os trabalhos. Peço a atenção dos Srs. Deputados, para reiniciarmos os trabalhos. -----

1.2 Ata n.º 14 da Sessão Ordinária realizada em 26 de Fevereiro de 2016. -----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por unanimidade, aprovar** a ata. ---

1.3 Informação da Correspondência.-----

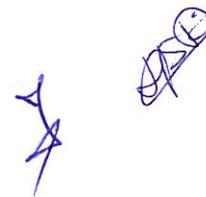
-----O Senhor Presidente da Mesa leu um resumo da correspondência recebida, registada sob os números de 25 a 66 de 2016, inclusive, o qual foi distribuído antecipadamente, a todos os deputados, e informou que a mesma estava à disposição de quem pretendesse consultá-la:-----

- ✓ **Deputada Maria Helena Bernardino** – Justifica a sua ausência na próxima reunião de Assembleia a realizar no dia 26 de Fevereiro de 2016 e pede substituição.-----

1

- ✓ **Deputada Maria Vitória Andrade Lázaro** – Justifica a sua ausência na próxima reunião de Assembleia a realizar no dia 26 de Fevereiro de 2016 e pede substituição.-----
- ✓ **Francisco Pessoa** – Informa que é colecionador de Postais e de tudo o que sejam lembranças, ex: pins, fitas, bandeiras, e solicita a colaboração da Assembleia Municipal para o envio, se possível, destes produtos para a sua coleção.-----
- ✓ **Deputado Luís Ricardo Rebouta Ferreira** – Solicita a suspensão do mandato no período de 23.02.2016 a 22.07.2017, uma vez que se vai encontrar temporariamente afastado da área da autarquia.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 19 de fevereiro de 2016.-----
- ✓ **Planeta Informático** – Dá a conhecer a realização do curso de Manobrador de Máquinas Agrícolas e Florestais e de Aplicadores de Produtos Fitofarmacêuticos nos Concelhos de Bragança, Mirandela, Mogadouro e Carrazeda de Ansiães durante o mês de fevereiro.-----
- ✓ **Deputada Luísa Maria Pinto Ferreira** – Justifica a sua ausência na reunião de Assembleia realizada no dia 26 de Fevereiro de 2016.-----
- ✓ **Greenews** – Dá a conhecer o estudo e projeto de arquitetura paisagística realizada no Parque da Mata do Carrascal em Alvaiázere.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Dá a conhecer as atividades realizadas no mês de fevereiro de 2016.--
- ✓ **Deputado Luís Dias** – Informa sobre a possibilidade de constituição de um Grupo de Trabalho Municipal de Agricultura.-----
- ✓ **Departamento de Formação da Liga Portuguesa contra o cancro** – Informa que o Centro de Formação da Liga Portuguesa se encontra a organizar uma série de formações na área da oncologia para quem esteja interessado.-----
- ✓ **Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa contra o cancro** – Informa da realização da 2.ª Edição da Pós-Graduação em Oncologia com início a 4.10.2016 coma duração de 282 horas de formação.-----
- ✓ **Associação Cultural, artística e educativa** – Apresenta para a “Semana da Leitura” e o “25 de Abril” os livros “O Tesouro” e o “Soldadinho de chumbo”.-----
- ✓ **Associação Cultural, artística e educativa** – Informa que no dia 19.03.2016 vai realizar-se uma nova Edição do encontro de cozinhas solar, dando a conhecer o programa em anexo.-----
- ✓ **Escola Superior de Educação de Viseu** – Solicita a divulgação da realização das XXII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental que decorrem nos dias 8 e 10 de Abril.-----
- ✓ **Eduardo Rodrigues** – Dá a conhecer a empresa RFS – Telecomunicações na área da Gestão Documental.
- ✓ **Associações Cafinvenções** – Dá a os “jogos e teatros” que a associação realiza para valorizar e dar a conhecer a importância de um ambiente saudável.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 4 de março de 2016.-----

- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio do Edital a informar das alterações das datas das reuniões de câmara do dia 18 de março e dia 1 de abril.-----
- ✓ **Grupo Parlamentar Os Verdes** – Dá a conhecer algumas das propostas de alteração ao Orçamento de Estado para 2016.-----
- ✓ **Global Colibri** – Informa que este presente na Green Business Week, no centro de congressos de Lisboa nos dias 1 a 3 de março de 2016 tendo a experiência superado as expectativas. Dá a conhecer os projetos de desinfeção de água de consumo em hotéis.-----
- ✓ **Câmara Municipal de Bragança** – Envia a certidão da reunião ordinária da Câmara Municipal de Bragança, realizada a 14.03.2016, relativa ao aumento do Imposto sobre Produtos Petrolíferos e o Impacto nos Territórios transfronteiriços de baixa densidade.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 22 de março de 2016.-----
- ✓ **Deputado António Lopes** – Propõe que o artigo intitulado de “Reabertura da Linha do Sabor” considerado na obra “A Linha do Vale do Sabor, Um caminho de Ferro Raiano do Pocinho a Zamora” seja apresentado numa das próximas sessões da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo.-----
- ✓ **A bancada parlamentar da coligação PPD-PSD/CDS-PP** – Propõe que a Assembleia Municipal designe um representante de entre os Presidentes das Juntas e das Uniãos de Freguesia para integrar a Comissão Municipal da Proteção Civil.-----
- ✓ **Teatro Municipal de Bragança** – Dá conhecimento da programação das peças de teatro referente aos meses de Abril a Julho de 2016.-----
- ✓ **Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central** – Promove uma conferência a realizar no dia 30 de maio, no Auditório do Colégio Espírito Santo da Universidade de Évora, cujo tema de debate será “O Poder Local Democrático e a Constituição da República Portuguesa”.-----
- ✓ **Dase** – Informa que a data da reunião do Conselho Municipal de Educação irá realizar-se no dia 13 de abril de 2016 às 15h00, anexando vários documentos.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Envio da Minuta de Reunião de Câmara realizada a 4 de abril de 2016.
- ✓ **Grupo Parlamentar Os Verdes** – Dá a conhecer o projeto de resolução do pev – “Classificação e valorização das lojas históricas” apresentado na Assembleia da República no passado dia 1 de abril de 2016.-----
- ✓ **Grupo Parlamentar Os Verdes** – Informam que agendaram para o dia 7 de abril de 2016 a discussão em sessão plenária do “Projeto Lei que estipula o número máximo de alunos por turma”.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Dá a conhecer as atividades realizadas no mês de março de 2016.-----
- ✓ **Empresa OberoCoreData** – Dá a conhecer o trabalho que desenvolve na recuperação de dados informáticos.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Informa da tolerância de ponto concedida aos trabalhadores da Câmara Municipal no dia 8 de abril de 2016, a partir das 13h00.-----



- ✓ **Grupo Parlamentar Os Verdes** – Informa que apresentaram na Assembleia da Republica um projeto de resolução pev – “Preconiza a interdição do uso do glifosato” no dia 13 de abril de 2016.-----
- ✓ **Município de Torre de Moncorvo** – Informa da alteração da reunião de câmara municipal do dia 15 de abril para o dia 22 de abril de 2016 com início às 17h00.-----
- ✓ **Tribunal de Contas** – Informa da adesão à Agência de Desenvolvimento Regional do Baixo Sabor.-----
- ✓ **Deputado António Andrade** – Informa que no dia 26 de abril de 2016 se realiza a reunião da CIM Douro pelo que não poderá estar presente na reunião de Assembleia Municipal, solicitando assim a justificação da sua falta e a sua substituição na referida assembleia.-----
- ✓ **CPCJ** – Dá a conhecer o programa a realizar para o mês da prevenção de maus-tratos na infância, a realizar nos dias 26, 27, 28 e 29 de abril.-----
- ✓ **Museu da Assembleia da República** – Informa que a peça do mês de abril do museu da Assembleia da República é o “Busto de Henrique de Barros”.-----
- ✓ **Deputado Luís Meneses Macedo** – Informa que no dia 26.04, por motivos pessoais, não poderá estar presente na reunião de Assembleia solicitando assim a sua substituição.-----
- ✓ **Câmara Municipal de Bragança** – Envia a certidão aprovada em reunião de ordinária da câmara municipal, realizada no dia 11.04.2016, relativamente à “Tomada de Posição sobre Portagens no Túnel do Marão”.-----
- ✓ **Convites:**
- ✓ **Departamento de Formação do Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro - Conferência** – Convida para participar na conferência do “Cancro da Próstata: Acompanhamento Médico-Cirúrgico” a realizar no dia 23.03.2016 pelas 15h00 no auditório da LPCC-NRN.-
- ✓ **Carlos D’Abreu – Apresentação de Livro - Apresentação de livro** – Convida para participar na apresentação do livro “A Linha do Vale do Sabor, um caminho – de – ferro raiano do Pocinho a Zamora” a realizar no dia 19.03.2016, pelas 15h00 na Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro de Lisboa.-----
- ✓ **Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara Municipal de Bragança – Comemorações do 25 de Abril - Comemorações do dia 25 de abril** – Convidam para estar presente nas comemorações do 25 de abril.-----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não havendo inscrições, eu queria referir duas comunicações: uma delas do Sr. Deputado António Lopes, que propõe que o artigo intitulado de “Reabertura da Linha do Sabor”, considerado na obra “A Linha do Vale do Sabor – um caminho de ferro raiano do Pocinho a Zamora” seja apresentado numa das próximas sessões da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo. Eu estive presente na apresentação deste livro na Casa de Trás-os-Montes – quase numa tripla representação: enquanto transmontano, obviamente,

enquanto Presidente da Assembleia Municipal, e também como Vice-Presidente da Academia de Letras.-----

Durante a discussão, foi visto este aspeto da possibilidade, ou da viabilidade económica da Linha do Sabor, e foi referido que não teria sido ouvido pelas instituições Moncorvenses este projeto. Eu sei que ele foi apresentado em Carviçais durante o PAN, mas obviamente que ao ouvir questionar que a Assembleia e a Câmara Municipal não tinham tido abertura, não podia ficar calado, e de imediato manifestei a minha abertura, enquanto Presidente da Assembleia – que estou certo que o Sr. Presidente da Câmara me acompanhará neste aspeto; e se há alguém que tem um projeto que seja minimamente viável, nós temos todo o interesse em ouvi-lo, em olhar para ele, em rebatê-lo, em fazer exercer o contraditório. E portanto, com o apoio da Câmara Municipal, eu acho que nós poderemos proporcionar ao orador que venha cá na sessão de setembro, que quer-me parecer que será a mais adequada, se o Sr. Deputado estiver de acordo.-----

A outra questão é a tomada de posição sobre as portagens no Túnel do Marão. Pessoalmente, já escrevi sobre o assunto. Acho que, efetivamente, os ganhos que foram apregoados, na altura, com o adiamento desta obra, saíram do bolso dos transmontanos; seria, a meu ver, de toda a justiça que os transmontanos fossem ressarcidos, pelo menos na delação da introdução das portagens. Esta é uma opinião pessoal; cada um dos senhores a manifestará, se assim o entender.-----

Sr. Deputado António Lopes, faça favor.-----

-----**Deputado António Manuel Lopes:** Eu, relativamente ao assunto que o Sr. Presidente acaba de abordar, acho que há um outro argumento que pode ser válido: é que durante muitos anos, as SCUT – que são assim que são chamadas – do litoral não eram pagas. Portanto, então nós que tenhamos um tempo equivalente a não pagar a viagem, digamos assim. Era só.-

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sr. Deputado Alves Salema, faça favor.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Bom dia a todos. Sobre este assunto, tenho uma posição, que é a seguinte: o utilizador deve ser pagador; quem utiliza, tem que pagar. No entanto, para o nordeste transmontano, compreendo a situação, e será importante esta Assembleia tomar a mesma posição que tomou Bragança. Portanto, estarmos com o pessoal de Bragança e de todo o distrito, porque, efetivamente, o interior do país, e nomeadamente o Distrito de Bragança, foi muito prejudicado nas acessibilidades ao longo destes anos todos.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Se bem entendo, é proposta do Sr. Deputado Alves Salema que esta Assembleia manifeste o apoio à moção que veio da Assembleia Municipal de Bragança. A moção, eu tenho-a aqui, posso lê-la:-----

-----**Moção**-----

“Os Srs. Vereadores Vítor Pereira e André Novo apresentam a seguinte proposta:-----
Portagem – Túnel do Marão-----

“Considerando que o Distrito de Bragança foi o último de Portugal a usufruir de uma estrutura rodoviária com perfil de autoestrada;-----

Considerando que o isolamento a que fomos votados durante anos e anos contribuiu para aumentar as assimetrias em relação ao grosso do território nacional;-----

Considerando que a A4 tem que constituir uma ferramenta para o desenvolvimento da região e do país;-----

Considerando que esta autoestrada tem que contribuir para a melhoria das condições de vida das populações transmontanas, para superar oportunidades perdidas, para dignificar toda uma região que se viu manietada ao longo de anos e anos;-----

Considerando que boas vias de comunicação são imprescindíveis para o desenvolvimento económico, para a coesão territorial, para a fixação das populações, para a competitividade, para a igualdade de oportunidades e para o melhor acesso à saúde e socorro das populações;-----

Considerando que o túnel do Marão constitui uma importante infraestrutura para a conclusão da ligação da A4 Quintanilha – Porto;-----

Considerando que dentro de pouco tempo estarão concluídas as obras da referida infraestrutura;-----

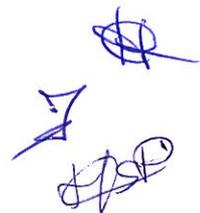
Considerando que a obra acarretou diversos atrasos ao longo do tempo, o que prejudicou a economia da região e a mobilidade das pessoas, nomeadamente as de Trás-os-Montes;-----

Considerando que a região de Trás-os-Montes devia ser alvo de medidas de discriminação positiva já que ao longo do tempo, devido ao seu isolamento, houve reflexos negativos a nível económico e social, demográfico e até político;-----

Considerando que o Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Vila Real defendeu publicamente um período de carência para o não pagamento de portagens no Túnel do Marão devido aos atrasos das obras e às consequências negativas para a economia e a população de Trás-os-Montes;-----

Considerando que a Câmara Municipal de Bragança sempre tem vindo a reivindicar a isenção de pagamento de portagens, onde se inclui agora o Túnel do Marão;-----

Assim, propomos que se tomem medidas de carência para o não pagamento de portagens relativas ao Túnel do Marão. -----



Esta proposta, depois de aprovada, deverá ser enviada para o Exmo. Presidente da República, Exmo. Primeiro Ministro, Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, para os diferentes Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, para a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, Comunidade Intermunicipal do Douro, e todas as Assembleias Municipais da região.”-----

-----**O Presidente de Mesa:** A proposta é esta, acho que vai mais ou menos de encontro à intervenção do Sr. Deputado Alves Salema. Não se pede uma abolição das portagens; pede-se um período de carência, o que me parece perfeitamente razoável.-----

Foi aprovada, por maioria, a moção da Câmara Municipal de Bragança, e devem os serviços remeter esta posição para a Câmara Municipal.-----

Tenho aqui uma declaração, que vou ler:-----

-----**Declaração**-----

*“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo:-----
Foi inaugurada no dia 12 de abril de 2016 a Rua do Concelho, inserida na comemoração dos setecentos e trinta e um anos do Foral atribuído por D. Dinis a Torre de Moncorvo. Nesse sentido, os Presidentes de Junta abaixo assinados pretendem congratular todo o Executivo Municipal pela colocação de todos os Brasões das Freguesias na parede da rua acima indicada, permitindo dar a conhecer a toda a população do Concelho o significado de cada Brasão das Freguesias de Torre de Moncorvo.”-----*

E está assinada por todos os Presidentes de Junta do concelho.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tenho aqui um pedido de agendamento para emissão de parecer favorável à Classificação como Imóvel de Interesse Municipal, o Antigo Colégio Campos Monteiro. Eu pedia ao Sr. Presidente da Câmara que nos fizesse uma introdução a este ponto, por que é que vem este pedido de agendamento nesta altura, e qual a urgência que temos nele.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Deputados:-----
Este processo, e este pedido de agendamento, e a sua urgência, tem a ver com um processo que já foi iniciado em 2012, foi votado em 2012 pelo Executivo, por unanimidade, classificando o antigo Colégio Campos Monteiro como Imóvel de Interesse Municipal. Só que, por lapso, nunca chegou a vir à Assembleia Municipal. Ou seja, passados quatro anos dos pareceres externos terem sido aceites, e da própria votação do Executivo, o que é certo é que o promotor até agora nunca teve a classificação desse imóvel. E para encerrarmos o processo, desde

ASD

4

2012 – que me parece que já deve ser encerrado – necessitamos que a Assembleia Municipal o aprove. Mas, como só sexta-feira é que tivemos conhecimento e foi a Reunião de Câmara, para não estarmos à espera mais três meses, solicitamos que seja aceite a sua integração na ordem de trabalhos, o que, obviamente, só será havendo unanimidade de todos os deputados. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Está aceite como um ponto adicional. Peço aos serviços que acrescentem este ponto.-----

Eu tenho também um ponto que quero partilhar com os Srs. Deputados: esta semana foi uma semana particularmente complicada para mim em termos pessoais. Isto não serve de desculpa, mas espero que obtenha a vossa simpatia e compreensão. -----

Há um ponto que eu gostaria de discutir convosco, e vou falar muito, muito claramente: alguns Presidentes de Assembleia do distrito e do país – mas, sobretudo do Distrito de Bragança – têm estado a preparar a constituição de uma associação que possa promover as Assembleias Municipais, o papel das Assembleias Municipais. Eu tenho trabalhado particularmente neste projeto, juntamente com o Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, e com o Prof. Cândido de Oliveira, da Universidade do Minho. Foi colocada entre nós a necessidade, ou não, desta adesão a esta associação – cuja escritura será para breve, e rapidamente foi decidido isso, a expectativa era para ser mais tarde – e foi colocada se deveria, ou não, ser aprovada pelas Assembleias. -----

Eu vou distribuir-vos a proposta de estatutos, caso o ponto seja aceite, mas no art.º 4.º diz: “São sócios desta associação as pessoas que são ou foram eleitas nas Assembleias Municipais”. Portanto, é a título individual que as pessoas se podem inscrever nesta associação. Assim sendo, qualquer eleito pode decidir, pelo seu livre direito de associação, consagrado na Constituição, associar-se. Contudo, quem subscrever a escritura será sócio fundador. Eu gostaria que o Concelho de Torre de Moncorvo, que a Assembleia de Torre de Moncorvo fosse associado fundador, e só será se eu me inscrever, não enquanto José Mário Leite, mas enquanto Presidente da Assembleia Municipal. Eu quero dizer-vos que não me movem interesses pessoais, apenas uma vontade de contribuir para o aprofundamento da democracia, e complementarmente proporcionar a Moncorvo e aos Moncorvenses um papel de algum relevo neste processo. -----

E por isso, pergunto se me permitem que eu coloque este ponto também. Então, pedia aos serviços que distribuíssem, por favor, este plano, e acrescentassem este ponto. Muito obrigado.-----

1.4 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Pedro Pereira** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**Deputado Pedro Pereira:** Bom dia a todos. -----

Gostaria que a Assembleia, juntamente com o Município, tentássemos chegar a algum responsável, neste caso da EDP, para no futuro evitar os constrangimentos e os prejuízos que foram causados nestas últimas semanas, na Foz do Sabor pelas cheias. O que aconteceu de certeza que é culpa de alguém. Quando chove muito, alguém devia tomar as providências necessárias. Estamos a falar, se calhar, de um troço de estrada mínimo.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Se os Srs. Deputados estiverem de acordo, eu, dado o conhecimento pessoal que tenho com o Sr. Eng.º Lopes dos Santos, tomaria a iniciativa de o indagar, junto dele – se o Sr. Presidente da Câmara estiver de acordo, podemos fazer uma ação conjunta, demonstrar perante eles os receios que esta situação nos causa, e eventualmente agendar uma reunião com eles, e com os responsáveis. Acho que as Juntas de Freguesia que foram abrangidas deverão estar presentes nessa reunião. -----

Eu tenho vindo a desafiar para que se faça uma reunião com as Juntas de Freguesia todas abrangidas pelas barragens do Sabor, mas acho que nesta altura é urgente, e nós iremos desenvolver essa ação. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Camisa, eu acho que seria altura de darmos posse à Sra. Enfermeira Helena, que ainda não o fez. E ela não deverá assinar um documento? Portanto, bem-vinda como membro efetivo, Sra. Deputada. Contamos consigo a partir de agora com mais regularidade.-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Alves Salema** (PS) e **José Meneses** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----



-----**O Presidente da Câmara:** Bom, dos vários pontos que aqui elencámos, gostaria de dar realce à apresentação aos serviços da Câmara do projeto de arquitetura para o antigo Asilo e Capela de S. Francisco. Esperamos dentro em breve apresentar publicamente este projeto, também ao Turismo do Porto e Norte de Portugal. -----

A assinatura do protocolo de cooperação com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que será a partir de agora um parceiro da Câmara Municipal no desenvolvimento de projetos científicos e culturais. Começaremos nesta articulação com a Faculdade de Medicina Veterinária de Vila Real, na implementação do CIARA e no seu desenvolvimento, e da execução da própria obra para a execução do próprio projeto já em funcionamento. E a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro será aqui um parceiro no terreno, e em efetivas funções com a Câmara Municipal.-----

Realçar também as palestras que tiveram início no dia 22 de abril, sobre os Recursos Geológicos de Trás-os-Montes, que estão a decorrer no Museu do Ferro. É uma iniciativa da Câmara Municipal, juntamente com o Instituto Politécnico de Bragança, e que está inserido na ministração do curso superior de mineralogia que está a decorrer em Torre de Moncorvo.-----

Decorreu também, no Salão Nobre da Câmara Municipal, ao fim de alguns anos, a análise e apresentação pública das propostas dos caminhos públicos, no âmbito das medidas de compensação do aproveitamento hidroelétrico do Baixo Sabor. Neste caso, tivemos aqui a Agência Portuguesa do Ambiente, a própria EDP, as Juntas de Freguesia e alguns privados.----

Por fim, o sítio que vos foi apresentado numa reunião da Assembleia Municipal está em pleno funcionamento. E gostaríamos também de aproveitar, para todas as sugestões que forem sugeridas, para nós conseguirmos enquadrá-las, nomeadamente toda aquela informação que o Sr. Presidente da Assembleia achou por bem dar a conhecer, e que a Câmara também entende que assim deve ser, que é dos elementos das Juntas de Freguesia – não ficar só a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, mas também todas as Juntas de Freguesia. E quanto mais informação nos fizerem chegar, obviamente mais completo ficará.-----

Responderei a todas as questões que me forem levantadas. Neste momento, é aquilo que tenho a dizer. Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Estão abertas as inscrições, se alguém quiser pronunciar-se. Tem a palavra o Sr. Deputado Alves Salema.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Eu só quero aqui pôr três situações, falar de três situações. A Feira Medieval, de 8 a 10, evidentemente que está a conseguir os seus objetivos. Penso que Moncorvo, de 8 a 10, viveu além do normal em termos de população, e penso que se está a conseguir o objetivo, que é conhecer Moncorvo, trazer pessoas a Moncorvo e

divulgar Moncorvo. Portanto, aí, independentemente dos custos, independentemente de outras situações, eu acho que estará a valer a pena.-----

Quanto à situação de colocação de luminárias LED, não sei se está relacionado com a colocação das mesmas, mas há situações em Moncorvo, e eu continuo a dizer, já falei aqui na Assembleia Municipal anterior, de haverem ruas em Moncorvo em que há luminárias apagadas. Eu vou dar um exemplo: desde a BP até à entrada da Avenida Jorge Luís Borges, por ali à casa do Sr. Cardanha, já há mais de dois meses, ou três, que há cinco postes com luz, em que pelo menos três deviam estar com iluminação; em frente à Brasília, estão três, pelo menos um ou dois, junto à Guarda Nacional Republicana, deveria estar com iluminação. Portanto, eu acho que a empresa está a prestar um mau serviço a Torre de Moncorvo, em termos de iluminação, e deveria ser questionada sobre este assunto.-----

Por último, não queria deixar de lhe dizer que fiquei contente, no dia 24, quando me desloquei ao cinetateatro, ver o 25 de abril com homenagem a Leandro Vale. Não me identificando até com a pessoa, não tendo grande confiança com a pessoa, mas valorizei o ato, porque ele foi um homem que passou em Moncorvo, que deu o seu melhor, à maneira dele, e viveu dez anos em Moncorvo. Eu congratulo-me com essa ação da Câmara Municipal.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Faça favor, Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Agradeço a intervenção do Sr. Deputado Alves Salema.-----

Quanto à questão dos LED's, só referir que são problemas com o PT, não é com a empresa que está a instalar. Temos problemas é com o PT, que a EDP ficou de resolver. Aliás, temos aqui três problemas com três PT's: um aqui já junto ao BES (Novo Banco, neste momento), outro que está resolvido, na Rua de Santiago, e temos o PT da GNR com problemas. É uma situação que a EDP está a tentar resolver. -----

Quanto à empresa, já colocou, efetivamente, os LED's. -----

De referir também que a obra ainda não está aceite, falta um complemento da luminação na Praça Francisco Meireles. Dizer-vos também que aproveitando a colocação dos LED's que faltam, vamos dar início a um procedimento, que será a substituição dos candeeiros que estão em toda a zona histórica, e toda a zona histórica ficará já com LED's e com iluminarias e suportes iguais aos da Praça Francisco Meireles. É um procedimento que contamos lançar ainda antes da chegada do verão, para ver se conseguimos, de alguma forma, resolver o problema, para ficar também com uma maior harmonia. O que propusemos também à EDP é que não haja mais caixas da EDP na zona histórica.-----

Aproveito também para referir que foi também distribuída com este relatório a situação financeira a 19 de abril de 2016, do Município, e que continuamos num sentido descendente de

ASD

dívida, o que nos deixa também de alguma forma bastante orgulhosos com o trabalho desenvolvido.-----

Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Tem a palavra, Sr. Deputado José Meneses.-----

-----**Deputado José Meneses:** Muito bom dia a todos. Tenho sido abordado várias vezes na rua sobre duas questões que aconteceram, uma que já aconteceu há algum tempo, que são as floreiras, aquele muro de suporte ao lado do terminal; e a outra é o muro e os passeios do Bairro de Santo Cristo. Eu gostaria que o Sr. Presidente informasse, a Assembleia daquilo que está a acontecer.-----

Relativamente à iluminação da ecopista, sendo que o PT junto à GNR está avariado, será esse o motivo pelo qual também a mesma está sem iluminação até pelo menos à Quinta da Água?-- Gostaria que nos referisse o que é que se passou com essas duas situações, quer do Santo Cristo, quer ao lado do terminal.-----

Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Eu, para não estar continuamente a dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, pergunto se mais alguém tem alguma intervenção para fazer. -----

Sr. Presidente, de qualquer forma, já agora, gostaria de o felicitar pela colaboração com a Universidade de Trás-os-Montes. Eu entendo que as universidades, sobretudo do interior, são um veículo importantíssimo para o desenvolvimento do território. E já agora, também felicitá-lo pelo belíssimo exemplar do Boletim Municipal que nos fez distribuir. -----

Peço-lhe, então, que conclua a sua intervenção.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado. Três situações, que há bocadinho também me esqueci de referir. O Município de Torre de Moncorvo tinha uma situação que estava a título provisório: nós tínhamos ali um cabo de alimentação, onde estávamos a usufruir de um PT privado, mais propriamente do Sr. Eng.º António Fernandes. Era um cabo que estava ligado ao PT privado, e que não era do Município, já há anos e anos. Entretanto, os herdeiros entenderam que não deveria estar ligado esse cabo, e portanto, procederam à notificação para a sua desativação. E isso também faz com que aquela zona, principalmente na ecopista, tenha esses problemas, porque não temos PT. Os serviços estão à procura da documentação que permitiu fazer esse acordo; este Executivo não sabe, não conhece, não sei como é que foi

feito, não sei quais foram as contrapartidas. Enquanto não for visto pelos serviços quais foram as contrapartidas para haver essa ligação – se houve contrapartidas monetárias, se houve contrapartidas de obras, ou se não houve nenhuma contrapartida – estamos a analisar essa situação. O que é certo é que neste momento os herdeiros, não querem continuar com esta situação. E nós aí não temos grande possibilidade que não seja encontrar uma alternativa.-----
Quanto ao suporte das floreiras, que me referiu o Sr. Presidente da Junta de Torre de Moncorvo, é um procedimento que foi ganho pela empresa Antero Paiva. A situação que se pôs ali foi que, devido às chuvas, abateu. Já foi feita uma reunião, com os técnicos da Câmara e com o empreiteiro; estamos à espera que passe o tempo das chuvas para ser tudo desmontado, ver o que é que falhou, e refazer-se. Quero dizer aqui também, publicamente, que na reunião onde estiveram os nossos técnicos com os técnicos da empresa, a empresa assumiu que iria desmantelar na totalidade e refazer toda a obra, sem qualquer custo adicional.-----

Quanto aos muros e passeios do Santo Cristo, eu já referi na anterior Assembleia Municipal que aquele muro estava previsto em betão. Houve, depois, juntamente com os nossos técnicos e os técnicos da empresa que ganhou esse procedimento, que seria melhor, até em termos de drenagem, em vez de ser em betão ciclópico, ser em pedra, como está lá. O problema aqui foi que uma parte, onde estão os passeios, aluiu. Os técnicos da Câmara, juntamente com os técnicos do empreiteiro, entenderam por bem desmantelar uma parte do muro. Eu sei que correm aí alguns boatos, que aquilo caiu; mas, o que é verdade é que foi desmantelado pelo próprio empreiteiro. -----

Entretanto, na última Reunião de Câmara, foi deliberado que após o relatório dos nossos técnicos da Câmara, será pedido também um relatório à UTAD para sustentar academicamente se as fundações estão, ou não, bem feitas.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Só acrescento mais uma pequena nota de rodapé: a minha desorganização devia ser superior àquela que eu imaginava, porque, efetivamente, não consegui encontrar – nem eu, nem a Mesa – a informação escrita. Mas, os serviços de apoio à Assembleia já suprimam essa falha, e portanto, está o assunto resolvido.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **apreciou a “Informação escrita do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e Financeira do Município”**.-----

PONTO 2 — PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2015 QUE INTEGRA O RELATÓRIO DE GESTÃO, O RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EXTERNA, RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E O INVENTÁRIO DOS BENS.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Manuel Martins** (Coligação PSD/CDS), **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS) e **António Alves Salema** (PS) e **Francisco Braz** (Coligação PSD/CDS).-----

----- Houve também a intervenção das Técnicas da área de Contabilidade: **Andreia Bento** e **Sónia Faustino**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, quer-nos fazer uma apresentação deste ponto, por favor?-----

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, na Prestação de Contas, e antes de mais, Sr. Presidente, seria proveitoso para a Assembleia Municipal se chamasse os técnicos para alguma questão.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Com certeza. Faz todo o sentido, Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Para subir a Dra. Andreia e a Dra. Sónia, se fizer favor. -----
Muito breve, gostaria de dizer que na Prestação de Contas, as despesas correntes, face ao orçamentado, apresentaram um desvio para menos de cerca de setecentos mil euros (700.000€) – ou seja, nove vírgula dezasseis por cento (9,16%) – o que equivale a uma execução orçamental da despesa corrente de noventa ponto oitenta e quatro por cento (90,84%). Nas despesas de capital, verifica-se uma execução orçamental de oitenta e quatro ponto quarenta e sete por cento (84,47%). Nas receitas correntes, verifica-se uma execução orçamental de noventa e três ponto sessenta por cento (93,60%). Ao nível das receitas de capital, verificou-se uma execução de setenta e dois ponto vinte e um por cento (72,21%). -----
Em relação ao controlo orçamental de receitas, a execução das receitas de capital tiveram uma execução de setenta e dois vírgula vinte e um por cento (72,21%). Verificou-se que a execução orçamental não pôs em risco o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que as receitas correntes efetivamente cobradas foram superiores às despesas correntes do mesmo período.--

O controlo orçamental da despesa de capital teve uma execução de oitenta e quatro vírgula quarenta e sete por cento (84,47%). Os fundos disponíveis a 31 de dezembro de 2015 tinham fundos no montante de trezentos e oitenta mil euros (380.000€), o que vem demonstrar esta situação de equilíbrio de que vos falei. E ao longo destes dois anos e meio, conseguimos, com a execução que preconizámos, retirar o Município do endividamento líquido negativo, para um saldo positivo de disponibilidade financeira no valor de cento e vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e seis euros (125.596€), correspondendo esses cento e vinte e cinco mil a vinte por cento (20%) do total, que se cifra em seiscentos e vinte e oito mil euros (628.000€), permitindo assim ao Município poder recorrer a empréstimos para investimentos junto das instituições financeiras.-----

Também é importante referir que o prazo médio de pagamento, que se cifrava em perto de cento e trinta e sete dias, conseguimos reduzi-lo, neste momento, para vinte e seis dias. -----

Portanto, isto é, sucintamente, o que vos posso referir da Prestação de Contas. Aliás, se repararem, esta Prestação de Contas teve duas declarações de voto, uma declaração do Sr. Vereador José Aires, do PS, e outra declaração minha. E gostava de vos referir que na declaração de voto do Sr. Vereador José Aires, nota-se que não referiu nada que pudesse dizer que encontra alguma negligência nas contas, que elas estão mal feitas, ou incorretas; pelo contrário, o que a Oposição diz é que reconhece a difícil tarefa que este Executivo tem, quanto ao difícil exercício da redução da dívida principal, assim como também reconhece a diminuição do endividamento municipal. Apesar de serem óbvias estas constatações, porque a própria DGAL e o Revisor Oficial de Contas assim o referem, obviamente que nos congratulamos com este reconhecimento por parte do Vereador da Oposição, quanto à Prestação de Contas. Quanto ao resto, na sua declaração de voto, são mais considerandos políticos do que propriamente a constatação e a análise dos números.-----

Para terminar, a Dra. Sónia irá fazer um comentário sobre a situação patrimonial da Câmara, e as dúvidas que tiverem nesse aspeto serão tiradas por ela. E a Dra. Andreia dará uma visão global desta Prestação de Contas, para não estarmos aqui a ver folha a folha, que será muito mais simples. Iria começar pela Dra. Andreia.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra, Sra. Doutora. Faça favor.-----

-----**A Técnica Superior Andreia Bento:** Portanto, vamos pegar no relatório de gestão, porque o nosso relatório de gestão, no fundo, é um resumo do que está nos mapas que acompanham a Prestação de Contas.-----

Handwritten initials in blue ink.

Handwritten mark in blue ink.

A nível orçamental, basicamente cumprimos o princípio do equilíbrio orçamental que está estipulado na Lei n.º 73 – é que a Lei n.º 75 e a Lei n.º 73 são muito parecidas – e cumprimos o princípio do equilíbrio orçamental. Não sei se têm aí o relatório de gestão. -----

Depois, a nível orçamental, existem os fluxos de caixa, que nos simplificam, e é um resumo, basicamente, do controlo orçamental.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Se me disser a página, para todos poderem acompanhar.-----

-----**A Técnica Superior Andreia Bento:** Na página 12 do relatório de gestão. Na página 12 do relatório de gestão, os fluxos de caixa sintetizam e esquematizam o controlo orçamental. Pode-se retirar daqui que tínhamos um saldo da gerência anterior de vinte mil, trezentos e trinta e nove, quarenta e sete (20.339,47€), e passamos para a gerência seguinte com dezassete mil, seiscentos e oitenta e nove, sessenta e sete (17.689,67€), um saldo orçamental que foi vertido também depois na revisão que irá também à aprovação, assim como a Lei obriga.-----

A nível orçamental, não sei se há alguma questão que alguém queira colocar. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Doutora, as questões serão colocadas depois. Portanto, agradeço que conclua a sua apresentação, e depois, se houver questões, responderá de acordo com as perguntas que forem feitas.-----

-----**A Técnica Superior Andreia Bento:** Depois, na página 14, temos aqui uma evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo. E foi referido aqui – se compararmos, dá a sensação de que há aqui um aumento, principalmente nos “Outros credores”, em relação ao ano anterior. E isto, como está explicado no parágrafo a seguir ao quadro, no ano anterior, nós, contabilisticamente, não fizemos refletir o FAM, e isso veio também depois no relatório de auditoria e no nosso relatório de gestão. Regularizámos a situação em 2015, o que nos transforma aqui, e nos dá um aumento do valor do FAM, que são quatrocentos e setenta e quatro, cento e setenta e sete, trinta e oito (474.177,38€). No entanto, se verificarmos as contas de fornecedores conta corrente, fornecedores de imobilizado, há aqui uma diminuição que é clara. -----

A nível de empréstimos, cumprimos as amortizações que estavam previstas, e como se pode verificar, temos uma diminuição também na dívida em relação aos empréstimos. -----

Como o Sr. Presidente já explicou, o endividamento agora calcula-se – com a Lei n.º 73/2013, não lhe chamam de “endividamento”, mas sim a “dívida total”. E neste momento, na página 16,

a 31 de dezembro de 2015, o Município apresenta uma margem absoluta de seiscentos e sessenta, setecentos e setenta e dois (660.772€), enquanto que no início do ano tínhamos um montante em excesso de um milhão, quatrocentos e dez, cento e trinta e cinco (1.410.135€). Conseguiu-se diminuir não só este um milhão, quatrocentos e dez (1.410.000€), como se conseguiu obter uma margem absoluta de seiscentos e sessenta, setecentos e vinte e dois (660.722€).-----

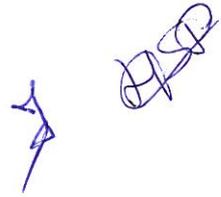
-----**O Presidente de Mesa:** Ainda que mal comparando, saímos do défice excessivo. É isso?-----

-----**A Técnica Superior Andreia Bento:** É, basicamente. Depois, também há aqui uma margem utilizável; se o Município precisar de se financiar, esta margem utilizável é de vinte por cento (20%), é o que está estipulado na Lei.-----

Depois, uma análise ao balanço e à demonstração de resultados: no nosso balanço – se quiserem acompanhar, é logo a seguir ao relatório de gestão, se não se importam – o Município apresenta um ativo de cinquenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e sete, quatrocentos e vinte e dois, cinquenta e três (54.827.422,53€), e os fundos próprios e o passivo, cinquenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e sete, quatrocentos e vinte e dois, cinquenta e três (54.827.422,53€). Este ano, houve aqui uma situação: a contabilidade arrancou com a aplicação do aprovisionamento – que nós não tínhamos, não estávamos a fazer refletir as contas da classe 3, das existências – arrancámos em dezembro, conseguiu-se lançar o saldo inicial, e fez-se refletir – nas notas ao balanço e às demonstração financeiras, está lá uma nota para a conta 51, que se teve que fazer a regularização pela conta 51, das existências do inventário inicial. O inventário inicial são cento e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e cinco, trinta e nove (125.345,39€). Durante este ano, 2016, vamos fazer a contabilização correta – não é contabilidade analítica, mas vamos conseguir fazer o apuramento do custo das matérias consumidas (que não vendemos nada, consumimos), que não estávamos a cumprir, nem sequer estávamos a utilizar nenhum sistema de inventário, porque não estávamos a regularizar as existências.-----

Houve também aqui várias correções, porque diminuiu-se também – e a Sónia depois vai falar – o imobilizado em curso, que andava assim num “bolo” bastante grande, e continua, mas diminuámos bastante o imobilizado em curso; fizemo-lo refletir nas imobilizações corpóreas, o que depois também teve um reflexo a nível da demonstração de resultados, na parte das amortizações do ano, que é um custo para o exercício. -----

Apresentamos um resultado líquido negativo, de um milhão, setecentos e trinta e sete, setecentos e sessenta e quatro, noventa e três (1.737.764,93€). Apesar de continuar a ser



negativo, há aqui já uma diminuição em relação ao ano anterior. Este resultado líquido negativo também é um bocado influenciado pela parte em que nós ainda temos uma lacuna, que vamos tentar corrigi-la, que é o não reconhecimento das obras por administração direta, e logo não temos o reconhecimento desse proveito. Ou seja, nós não sabemos apurar o custo na sua globalidade, mas sabemos que tudo o que nós adquirimos para as obras de administração direta reflete-se nos custos, mas não conseguimos apurar os proveitos neste momento, o que depois também poderá traduzir um resultado líquido melhor, quando as coisas estiverem a funcionar. Esse não reconhecimento dos trabalhos para a própria entidade, também vem uma ressalva no relatório de auditoria. Estamos a melhorar e a tentar fazer com que as coisas funcionem e sejam o mais transparentes possível, e para lá caminhamos.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sra. Doutora. Peço à Dra. Sónia que faça a sua intervenção, por favor.-----

-----**A Técnica Superior Sónia Faustino:** Relativamente ao património, que também incorpora a conta de gerência do Município: Do património do Município fazem parte a lista de bens próprios, móveis ou imóveis, administrados pela autarquia. Esta lista de bens é atualizada anualmente; ou seja, em termos de bens móveis, quer sejam equipamentos ou viaturas, tem que se verificar anualmente a sua localização e o estado – podendo estas ao longo do ano sofrer alterações patrimoniais, e sofrem alterações patrimoniais quando se trata de grandes reparações. Isto significa que sofrem uma grande reparação sempre que o valor dessa reparação ultrapasse trinta por cento (30%) do valor líquido do bem. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O valor líquido do bem é o valor de aquisição?-----

-----**A Técnica Superior Sónia Faustino:** Não, é o valor de aquisição; exatamente, o valor líquido do bem é o valor atual. Estes bens podem também, ao longo do ano, ser alvo de transferência, ou abate, quando deixam de estar em condições de utilização. Para todos os bens, quer móveis ou imóveis, são calculadas anualmente as respetivas amortizações, durante o período de vida útil de cada bem. Esse cálculo da amortização anual permite atualizar o valor patrimonial do bem, valor esse que depois vai ser refletido nas contas.-----

No ano de 2015, em termos patrimoniais, deu-se especial importância à redução do imobilizado em curso (tal como a Andreia já falou). Essa redução pode-se constatar no mapa do ativo bruto, que comparado com o do ano anterior, verifica-se que houve uma redução de aproximadamente cinco milhões de euros (5.000.000€). -----

Na página 2 do mapa do ativo bruto, onde aparece a conta 44, imobilizações em curso – deve ser antes do mapa de amortizações. Relativamente a esta conta, como podem constatar aí na primeira coluna, onde diz “saldo inicial”, tínhamos um saldo de dezasseis milhões, setecentos e oitenta e um, cento e três, ponto dez (16.781.103,10€). Este saldo inicial do ano de 2015 é o saldo final do ano de 2014. O saldo final de 2015, aquele que é refletido este ano nas contas, é de onze milhões, oitocentos e sessenta e oito, cento e trinta e um, ponto cinquenta e cinco euros (11.868.131,55€), o que significa que de um ano para o outro houve uma redução de quatro milhões, novecentos e doze, novecentos e setenta e um, ponto cinquenta e cinco euros (4.912,971,55€). -----

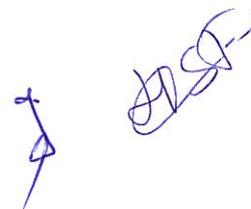
-----**O Presidente de Mesa:** De qualquer forma, ainda é um valor muito elevado.-----

-----**A Técnica Superior Sónia Faustino:** Continua a ser um valor elevado. Durante o ano de 2015, conseguiu-se fazer esta redução, de aproximadamente cinco milhões (5.000.000€). Tudo aquilo que está refletido em imobilizado em curso trata-se de obras terminadas e que ainda não incorporaram o património do Município. Ao longo deste ano, e para conseguir chegar a este valor dos cinco milhões (5.000.000€), teve que se fazer um trabalho que é muito moroso e muito específico, porque tem que se compilar os arquivos desde o ano de 2003. Trata-se por vezes de obras que foram terminadas no ano de 2003, mas que ainda continuam aqui no imobilizado em curso. Isto, em termos técnicos, consiste em reduzir a conta 44 e aumentar a conta 42, que é passar do imobilizado em curso para o imobilizado corpóreo. Apesar de ser um trabalho moroso, só assim se consegue refletir o valor real e específico, por obra, na conta 42 no imobilizado do Município. E também enquanto estas obras estiverem ali na conta 44, não é feito o cálculo das amortizações, logo também não estamos a refletir as respetivas amortizações.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Só uma questão: essas amortizações não têm retroatividade; ou seja, só a partir daí, depois, é que começa... -----

-----**A Técnica Superior Sónia Faustino:** Não, as amortizações são calculadas a partir do ano de aquisição do bem.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Ou seja, se por acaso o bem já tiver excedido o seu tempo de vida útil, é amortizado por completo, a cem por cento (100%).-----



-----**A Técnica Superior Sónia Faustino:** Exatamente. O que acontecia nos anos anteriores, em termos de fecho do ano, é que as contas eram equilibradas, entre o património e o POCAL, criando designadamente, entre aspas, se me permite, um “bolo” – ou seja, todo o valor excedente entre o POCAL e o património, era criado um “bolo” designado de “regularizações”, e ficava assim refletido nas contas. Agora são, esses valores, que é preciso especificar, até apurar o valor real da obra, para depois poder ser incorporado no ativo.-----

Ao longo do ano de 2015, iniciou-se também, em termos patrimoniais, o registo dos financiamentos. Ou seja, passou a utilizar-se agora a conta 27.4.5, que é de subsídios ao investimento. Com este registo, passamos a poder ter uma leitura específica por empreitada, ou por equipamento, do valor financiado, através dos fundos comunitários, que por sua vez, para além de conseguirmos saber qual o valor que foi financiado para cada empreitada, também conseguimos saber qual é que foi o programa, ou programas que o financiaram. Foi portanto mais uma ferramenta que se passou a utilizar e que não era utilizada. -----

No entanto, como não se consegue fazer tudo, conseguimos apurar ainda relativamente poucas empreitadas, mas que já totalizam quase dois milhões de euros (2.000.000€). As principais empreitadas que foram registadas no ano de 2015, em termos de financiamentos, foram: o arrelvamento do campo Camilo Sobrinho, a ecopista (primeira e segunda fases), a variante da Avenida das Amendoeiras, o Museu do Castelo, e também o projeto SAMA, quer em termos de obra, quer em termos de equipamentos.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito bem. Pedia-lhe que concluísse, e depois, se houver perguntas, podemos falar mais em pormenor, está bem? Muito bem. Mas, pedia-lhe que concluísse, Sra. Doutora, para continuarmos com os nossos trabalhos.-----

-----**A Técnica Superior Sónia Faustino:** Da minha parte, só tenho a dizer que ainda há muito trabalho para ser feito.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Com certeza. Concluímos daqui que, efetivamente, há um trabalho em curso, de melhoria da estrutura e do controlo que a Câmara faz. Isso reflete-se, efetivamente, nos relatórios dos ROC, dos Revisores Oficiais de Contas, mas obviamente que o trabalho não está completo, ainda há trabalho a fazer, o que também se reflete nos relatórios. Congratulo-me que nós estejamos no caminho correto, e espero que, realmente, o ano que temos agora em mãos nos possa permitir chegar ao fim da legislatura com o trabalho concluído, e sem reparos de monta por parte dos revisores.-----
Vamos abrir as inscrições. Sr. Deputado António Martins, faça favor.-----

-----**Deputado António Manuel Martins:** Bom dia a todos.-----

Eu queria fazer aqui só duas ou três questões muito concretas. Eu ouvi falar aqui em 2003, foi o que ouvi de mais sugestivo, e também em dezasseis milhões (16.000.000€). A minha questão é concreta: as regras que existem agora relativamente às amortizações, ou justificação, ou não, das amortizações, já existiam na altura, ou só a partir de quando é que existiram – primeira questão. -----

Segunda: se já existiam a partir de 2003, e atendendo aos valores em causa – dezasseis milhões (16.000.000€) é muito dinheiro – por que só agora fazer este trabalho, que é muito mais moroso, porque se fosse feito na altura, demoraria muito menos tempo a realizar.-----

Portanto, a quem é que nós poderemos atribuir essa responsabilidade, se aos técnicos, se aos políticos. Vocês sabem-no. Portanto, se havia orientações da parte política relativamente aos técnicos, se havia omissões da parte deles, ou dos técnicos. Portanto, eu gostava de ter aqui uma explicação sobre isso.-----

Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís João, faça favor.-----

-----**Deputado Luís João Dias:** Bom dia a todos.-----

É no seguimento da questão do meu colega de Bancada. A minha pergunta é mais concreta: se é a Lei n.º 73, ou n.º 75/2013, como referiram, se é como esta Assembleia aprovou, os auditores externos, se é devido aos auditores externos que estamos a ter estas melhores contas. -----

Gostava de terminar este assunto das contas com um chavão popular: “Boas contas, bons amigos”. Por isso, os municípios ficam contentes com estas boas contas. -----

Gostava de felicitar pelo fundo de maneio, é sempre bom haver um fundo de maneio para imprevisibilidades. -----

E gostava que me confirmasse que o saldo primário é positivo, se eu entendi bem. -----

E já agora, o que é o FAM? Fundo de Apoio Municipal? Obrigado. É só.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Alves Salema, faça favor.-----

-----**Deputado António Alves Salema:** Sobre a conta de gerência, evidentemente que isto são muitos números, são muitos mapas, mas tive a preocupação de ler um pouco os pareceres dos Revisores Oficiais de Contas, e verificar o que é que eles pensam da conta de gerência. A

4
ASIA

conta de gerência tem dois aspetos: o técnico, que isso é da responsabilidade, hoje, na Lei, dos técnicos, não é dos políticos; e tem a parte política, que é a execução orçamental do ano anterior. Ponto final, parágrafo. -----

E penso que os Revisores Oficiais de Contas, lá vêm bater novamente no aprovisionamento, que há problemas, que ainda não está bem, e compreende-se, porque se começou, e tem que se acabar, e não é de um ano para o outro. Portanto, anota aqui vários fatores: a obrigatoriedade de implementarem a conta analítica, porque a conta analítica é aquela que nos dá a perceção verídica de todas as rubricas e de todo o seu funcionamento, da conta de gerência, e isso tem que ser levado em conta pelo Executivo Municipal. -----

Diz nas conclusões – porque eu li mais depois as conclusões – “*No decorrer do trabalho efetuado, não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, salvo os aspetos já referidos*”, que são os tais aprovisionamentos, a conta analítica, todas essas coisas. Por conseguinte, eu penso que em termos técnicos, a conta está bem feita; em termos políticos, toda a gente tem outras ideias, como se viu nas duas declarações de voto do meu amigo José Aires e do nosso Presidente, mas isso fica depois também para uma apreciação futura.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Francisco Braz, faça favor.-----

-----**Deputado Francisco Braz:** Ora, muito bom dia.-----
Queria só questionar aqui, que penso que estou certo no que vou dizer, mas as técnicas confirmarão: a dívida que aparece refletida nas contas cifra-se na casa dos dezoito milhões e tal. Portanto, será fruto desses números que há para encaixar, dessas amortizações, porque na realidade, a dívida, neste momento, penso que rondará os doze milhões (12.000.000€). E há ali uns números, de certa forma camuflados, em função do que está para trás, e do que se anda a tentar regularizar, penso eu. É só.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra, ou algum dos técnicos. É da sua responsabilidade fazer isso.-----

-----**A Técnica Superior Andreia Bento:** Em relação aqui à questão do Sr. Manuel Martins, se calhar serei eu a pessoa mais indicada a responder, porque a Sónia está há menos tempo, e eu acompanhei o início do POCAL; e se calhar, depois, se houver alguma coisa, a Sónia depois também me corrige.-----

De facto, o POCAL entrou em vigor e rege-se pela Lei n.º 54-A/99, salvo erro. Teve algumas alterações; em 2002, tornou-se obrigatório o arranque do POCAL. Foi quando a Câmara de Moncorvo iniciou o POCAL, com muitas lacunas, e a nível nacional também; de certeza que não fomos os únicos a ter dificuldades no arranque. -----

Aqui, há duas situações: nós, para conseguirmos ter a contabilidade a trabalhar e a funcionar em pleno, não temos só uma aplicação; temos várias aplicações, que depois se transferem para a contabilidade. O património é uma delas, que é uma aplicação que depois verte o resultado, no final do ano, na contabilidade – apenas no final do ano, para o apuramento dos resultados, em sede da elaboração da Prestação de Contas. Quando iniciaram essa aplicação, não havia um técnico superior, e só agora, quando a Sónia veio para o Município, é que começou a ser acompanhada por um técnico superior, porque eu estava, mas não consigo abranger as situações todas, porque o património é uma aplicação que precisa de um acompanhamento desde o início do ano até ao final do ano. E nós, a nível contabilístico, cada vez temos mais informação a prestar, principalmente à DGAL, e temos vários prazos a cumprir, porque também temos penalizações. -----

Outra das situações que contribuiu para os dezasseis milhões (16.000.000€) foi precisamente o não cumprimento, e ninguém ligar à Norma de Controlo Interno, até porque a Norma de Controlo Interno não existia, e só entrou em funcionamento e foi aprovada, salvo erro, em 2010, 2011. A Norma de Controlo Interno serve precisamente para as pessoas saberem como funcionam as coisas, e como devem funcionar, e como devem ser enviadas para a contabilidade. Aqui havia muita falha de comunicação. Iniciou-se o inventário inicial do Município, mas os lançamentos eram feitos em imobilizado em curso, e os autos de receção provisória não eram enviados para o património. Se não eram enviados para o património, tanto a contabilidade, como o património, não têm conhecimento de que a obra está terminada. Isto é uma questão de circuito. -----

Acho que respondi à sua questão, porque era obrigatório, de facto, termos as coisas a funcionar, as amortizações deviam estar a ser feitas corretamente, e não estão. E por isso, quando há correções, principalmente que são correções bastante acentuadas e notórias, temos que as levar à conta 59 para fazer essas regularizações. E tudo o que está para trás, desde 2003, desde o POCAL, está a ser corrigido na conta 59. Este ano, não foi feito, mas em algum lançamento que tenha falhado no inventário inicial terá que se fazer refletir na conta 51. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Peço-lhe que conclua, por favor.-----

-----**A Técnica Superior Andreia Bento:** Estava-me a falar na Lei n.º 73 e na Lei n.º 75. -----



-----**O Presidente de Mesa:** Em que é que a auditoria externa ajudou à melhoria...-----

-----**A Técnica Superior Andreia Bento:** A auditoria externa, no fundo, veio auxiliar e tentar simplificar e fazer ver a todos os setores do Município que, de facto, é muito importante enviarem a informação atempadamente para a contabilidade, porque se não o fizerem, a contabilidade não pode fazer os registos atempadamente.-----

Em relação aqui ao deputado Salema, a contabilidade de custos é muito importante, de facto, mas sem termos as tais aplicações em funcionamento pleno não conseguimos implementar a contabilidade de custos. Iniciámos o aprovisionamento, depois vamos ter que ajustar as obras por administração direta, porque todas essas aplicações têm reflexo na contabilidade. Só depois de estarem a funcionar essas aplicações é que poderemos avançar para a contabilidade de custos, porque senão não conseguimos fazer uma ligação à contabilidade de custos.-----

O Sr. Francisco falou em dezoito milhões (18.000.000€), e aí temos que distinguir duas situações, que é o passivo exigível, e o passivo exigível não são os dezoito milhões (18.000.000€). Também, se quiserem, isso está justificado no relatório de gestão; o passivo comporta também a conta 27, das regularizações de final de exercício. O passivo exigível é a dívida do Município de médio e longo prazo, que é composto pelos empréstimos e pelas dívidas aos fornecedores. Estes quatro milhões, duzentos e oitenta e três, cento e oitenta e seis, dezoito (4.283.186,18€), que contribuem para os tais dezoito milhões (18.000.000€), estamos a tentar fazer refletir, principalmente a conta 27-4, como a Sónia já falou, porque a conta 27-4 tem muita importância também para o apuramento dos resultados, e também para o bom funcionamento, e apresentarmos um balanço correto. Neste momento, ainda não estará – e como se pode ver pelos relatórios da auditoria – ainda não está a funcionar, ainda não está correto, mas para lá caminhamos. Por isso, a dívida não são dezoito milhões (18.000.000€); a dívida do Município são os empréstimos, que são doze milhões, seiscentos e três, duzentos e setenta e dois (12.603.272€), mais um milhão, setecentos e quarenta, duzentos e trinta e dois, vinte e sete (1.740.232,27€). Isto é a dívida do Município.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Que essa segunda é a dívida a terceiros, certo? Muito obrigado. Espero que estejam todos esclarecidos. -----

Eu faço minhas as palavras, ou subscrevo parte das palavras do Sr. Deputado Alves Salema: efetivamente, a nossa apreciação é sobretudo política. É evidente que temos que ter confiança nos técnicos, e temos que dar atenção e relevo à opinião avisada dos Revisores Oficiais de Contas. -----

Sim, mas qual é a questão? É um ponto de ordem? Com certeza, faça favor. Nesta altura, em termos de amortizações, ou em termos de reconhecimento de amortizações, qual é o ano que está concluído?-----

-----**A Técnica Superior Sónia Faustino:** Não podemos dizer que, efetivamente esteja algum ano concluído. À medida que se vão discriminando valores, podem ser referentes a 2003, podem ser referentes a 2007. O único ano totalmente concluído é o ano de 2015.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Andaram para trás. Esclarecido, Sr. Deputado? Muito obrigado. ---
Dizia eu que, efetivamente, a contabilidade analítica dar-nos-á uma ajuda, porque essa sim, diz-nos em que é que os fundos são aplicados, e qual o benefício que daí advém para os municípios; mas, temos a notícia de que ela entrou em funcionamento em dezembro de 2015, e portanto, esperamos que, realmente, ao longo deste ano e do próximo ano, todo esse trabalho seja concluído, e que esta Assembleia possa fazer uma apreciação ainda mais apurada. -----
Obviamente que, nesta altura, atendendo aos dados que temos, eu congratulo-me com eles, porque mesmo – como disse – a apreciação dos Revisores Oficiais de Contas teve uma evolução positiva nos últimos anos. -----

Relativamente à questão levantada pelo Sr. Deputado António Manuel Martins, verificamos que houve uma diminuição de responsabilidade, digamos assim, nós todos sabemos que as Câmaras Municipais, infelizmente, têm défice de técnicos, e enfim, os tempos que vieram não ajudaram. Eu espero que, realmente, a tecnologia, a informática, e o empenho – que eu louvo, e saúdo, e peço que continue – dos técnicos da autarquia, nos possam trazer cada vez melhores contas, mais transparentes, como disse o Sr. Deputado Luís João, porque é esse o nosso papel aqui, é que estas contas sejam transparentes, e que os municípios, através do perscrutar que nós fazemos às contas, possam estar tranquilos relativamente àquilo que é o trabalho da autarquia.-----

Eu vou pôr este ponto à votação. Vou pô-lo à votação na totalidade.-----
Estão dispensadas as técnicas. Muito obrigado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea l) no n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor, 1 voto contra (*do deputado José Aires (PS)*) e 3 abstenções (*dos deputados: Ademar Augusto Alves (PS), Magali Sebastião Amador (PS) e António Manuel Lopes (PS)*), **apreciar o “Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais” e aprovar a “Prestação de Contas do ano de 2015**



que integra o Relatório de Gestão, o Relatório Anual de Auditoria Externa, Relatório Anual de Execução do Plano de Saneamento Financeiro”. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.-----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----O Presidente de Mesa: Faça favor, Sr. Presidente.-----

-----O Presidente da Câmara: Sr. Presidente, muito obrigado.-----

Como a Dra. Andreia já teve oportunidade de salientar, estamos a fazer aqui só a incorporação do saldo de 2015 para a conta de 2016. Ou seja, numa linguagem mais comum, o que sobrou vai ser incorporado no ano de 2016. -----

-----O Presidente de Mesa: É, na prática, um exercício de regularização. Muito obrigado. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberou **por unanimidade aprovar a “1.ª Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 — RECRUTAMENTO DE DOIS DIRIGENTES DE DIREÇÃO INTERMÉDIA: UM DIRIGENTE DE 2.º GRAU E UM DIRIGENTE DE 3.º GRAU.-----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente, explique-nos, por favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Isto é uma regularização também, o mandato do Chefe de Divisão era de três anos, terminou; obrigatoriamente tem que se abrir concurso. Esse é o dirigente de 2.º grau. O de 3.º grau é somente porque não temos Diretor de Departamento, nunca foi aberto internamente um procedimento. Não é para Diretor de Departamento, é sim para um dirigente superior a coordenador técnico, mas que tem que ser num concurso interno. Ou seja, não vai haver aumento do número de trabalhadores no Quadro de Pessoal.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto deliberou **por unanimidade aprovar** proposta dos júris para “**Recrutamento de dois dirigentes de direção intermédia: Um dirigente de 2.º Grau e um dirigente de 3.º Grau**”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 5 — APROVAÇÃO DEFINITIVA DO REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA.-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Srs. Deputados, vem novamente o regulamento, uma vez que a Assembleia Municipal remeteu para o Conselho de Segurança, o Conselho de Segurança aceitou as recomendações desta Assembleia Municipal e de momento já se encontra com as recomendações inseridas no próprio regulamento.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho na sua redação atual, conjugado com o disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 25 votos a favor e 1 abstenção (*do deputado José Aires (PS)*) **aprovar definitivamente** o “**Regulamento do Conselho Municipal de Segurança**”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----



PONTO 6 — CRIAÇÃO DO GRUPO MUNICIPAL DE TRABALHO SOBRE AGRICULTURA.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS) e **António Lopes** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, embora isto seja da competência da Assembleia Municipal, obviamente que o que se passa aqui não é alheio à Câmara Municipal. Se quiser dar uma palavra de introdução, agradeço.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Esta é uma iniciativa que parte da Assembleia Municipal, que nós louvamos, e com a qual também nos comprometemos, reconhecendo na agricultura uma grande sustentação económica, social e cultural do próprio concelho. Vemos com bons olhos esta iniciativa da Assembleia Municipal, de coordenar, através de um grupo de trabalho, com as diversas associações de agricultores existentes – salvo erro, são quinze, sedeadas em Torre de Moncorvo – uma forma também de o Executivo, este e os próximos Executivos, poderem de alguma forma incluir no seu Orçamento algumas atividades que este grupo de trabalho entenda pertinentes. O que nós esperamos é que deste grupo de trabalho surja uma estratégia para o concelho, não só em um ano, ou em dois, não só para um Executivo, mas para vários Executivos. E queria deixar aqui uma palavra de agradecimento e de louvor à iniciativa da Assembleia Municipal.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. Sr. Deputado Luís João, faça favor.-----

-----**O Deputado Luís João Dias:** A iniciativa, a nível individual, dentro da Assembleia, foi minha; acho que toda a gente recebeu o que o Sr. Presidente da Assembleia reencaminhou, qual era a ideia. Pego nas palavras do Sr. Presidente da Câmara: a ideia é mesmo essa, é o poder político não se alhear deste setor, que é o setor mais importante do concelho, tanto a nível económico, como social, e mesmo cultural. O objetivo, grosso modo, é no final apresentarmos uma recomendação ao Executivo. -----

Isto passa por vários pontos: o primeiro ponto será, no fundo, fotografar qual é o presente da agricultura no nosso Município, por meio de inquéritos às associações – não só às associações, como a líderes de produção – na tentativa de compilarmos informação suficiente para podermos chegar a algum lado, analisando essa produção no presente e a potencial – e a

que nós nos iríamos preocupar mais seria com a potencial, o que é que nós, como políticos, podemos fazer para que essa potencialidade se concretize. -----

E também, a única parte que faltou falar é da constituição. O Sr. Presidente, no e-mail que nos enviou, pedia para os membros desta Assembleia se inscreverem. Eu peço à Bancada do Partido Socialista, em especial – porque eu não tive oportunidade de falar individualmente (na da Coligação, tive) – que fizessem o favor de participar nesta iniciativa.-----

Só para terminar, isto pode parecer, numa ideia inicial, algo abstrato; é abstrato, porque a democracia, acho que deve funcionar assim. Ou seja, a autonomia da equipa que integrará este grupo de trabalho tem de ser total. Esse grupo de trabalho, no fundo, terá liberdade para identificar quais são os prós, os contras, as potencialidades, e chegar a esse documento, um plano estratégico que enviará ao Município – primeiro a esta Assembleia, para ser aprovado, e em seguida ao Executivo, para constar no Plano Estratégico Plurianual.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Lopes, faça favor.-----

-----**O Deputado António Manuel Lopes:** Eu também acho esta iniciativa interessante, acho que podem sair daqui, efetivamente, pensamentos ou linhas de orientação que poderão ser aproveitadas por todas as entidades responsáveis pela mesma. E parece-me que, de facto, há um aspeto que é inegável: se calhar, é o maior setor – se calhar, não, é mesmo o maior setor da economia local. Portanto, eu acho que sim, que lhe devemos dar toda a atenção, e congratulo-me também com esta iniciativa.-----

-----**O Presidente de Mesa:** O que diz o art.º 42.º do Regimento da Assembleia Municipal, diz que “a Assembleia Municipal pode constituir delegações, comissões ou grupos de trabalho para qualquer fim determinado. A iniciativa da sua constituição pode ser exercida pelo Presidente, pela Mesa, pelos Grupos Municipais ou por qualquer membro da Assembleia.” Esta redação é um bocadinho ambígua, porque não sou eu que quero criar; eu quero que seja a Assembleia a deliberar. -----

E portanto, eu vou colocar à votação a criação do Grupo Municipal. Eu vou fazer isto em dois passos: primeiro, a criação do grupo, e depois a inscrição dos membros – porque não faz sentido inscreverem-se em algo que possa não existir. -----

Portanto, eu proponho à Assembleia a criação do Grupo Municipal sobre Agricultura. -----

A
ESP

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 7 do artigo 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberou por unanimidade **aprovar** a “**Criação do Grupo Municipal de Trabalho sobre Agricultura**”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Peço aos Srs. Deputados que me façam chegar quem são – já, se assim o entenderem, embora eu entenda que para isto funcionar bem, a criação está feita, e o seu encerramento, ou seja, o fecho, será feito na próxima Assembleia, porque também é da competência do Presidente da Assembleia convocar a primeira reunião. Eu não gostaria de o fazer de uma forma arbitrária, sem que, primeiro, as pessoas que constituem o grupo o possam fazer. O grupo vai ficar em aberto até à próxima Assembleia, a primeira reunião fica já marcada para o mesmo dia da próxima Assembleia Municipal, e peço aos Srs. Deputados que se inscrevam, já de imediato, ou que me façam chegar até essa Assembleia.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Constituição do grupo: -----

-----O Sr. Deputado Luís João Dias; -----

-----O Sr. Deputado José Meneses; -----

----- O Sr. Deputado Francisco Braz;-----

-----O Sr. Deputado António Lopes;-----

-----O Sr. Deputado Ademar Alves;-----

-----O Sr. Deputado António Martins;-----

-----O Sr. Deputado Mário Diogo Miranda;-----

-----O Sr. Deputado José Carlos Cordeiro.-----

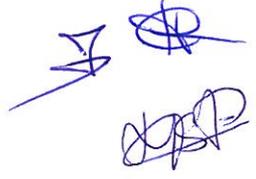
-----**O Presidente de Mesa:** Vamos passar, então, aos pontos que foram introduzidos hoje.-----

PONTO 7 — CLASSIFICAÇÃO DE IMÓVEL DE INTERESSE CONCELHIO.-----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Presidente já fez uma breve apresentação, mas acho que faz todo o sentido que agora apresente o ponto para apreciação da Assembleia.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito bem. Como referi no pedido que fiz para a introdução deste ponto, trata-se do antigo Colégio Campos Monteiro, que é indissociável à cultura e à



educação em Torre de Moncorvo, cujos proprietários iniciaram um processo, em 2011, para o reconhecimento como obra de interesse municipal. Em 2012, teve os pareceres externos todos favoráveis e positivos, incluindo o da Direção Regional da Cultura do Norte, e depois desses pareceres, foi remetido à Câmara Municipal, que também por unanimidade, em 2012, fez com que concordasse com os pareceres e também aprovasse a classificação daquele imóvel como imóvel de interesse municipal. Entretanto, esse processo só pode estar concluído com a votação da Assembleia Municipal, e nunca foi remetido para a Assembleia Municipal. Já faz quatro anos. Na última sexta-feira, os promotores e proprietários do imóvel vieram requerer à Câmara que enviasse novamente o processo para a Assembleia Municipal. E foi isso que de sexta para hoje fizemos, agradecendo desde já a colaboração dos Srs. Deputados na inclusão deste ponto, e ser submetido o mesmo a votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 7 do artigo 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberou por unanimidade **aprovar** a “**Criação do Grupo Municipal de Trabalho sobre Agricultura**”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 8 — ASSOCIAÇÃO DOS ELEITOS DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS.-----

-----Não houve intervenções neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O que eu propunha a esta Assembleia era que o deputado José Mário Leite possa aderir, na sua qualidade de Presidente da Assembleia, à Associação Nacional de Eleitos de Assembleias Municipais, para que sejam os futuros Presidentes desta Assembleia Municipal sócios fundadores, e possam usufruir desse estatuto, enquanto esta associação existir. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberou por unanimidade **aprovar** a adesão à “**Associação dos Eleitos das Assembleia Municipais**”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----



----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Não houve intervenções.-----

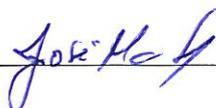
-----**O Presidente da Câmara:** Aproveitar, antes de sair – uma vez que passam a ser os trabalhos normais da Assembleia Municipal – para vos dar conta de que o Executivo, por unanimidade, promoveu a inauguração de um monumento alusivo ao Serviço Nacional de Saúde, que irá ser implementado na Avenida das Amendoeiras, junto ao Centro de Saúde. Eu não tenho bem a frase, mas será uma coisa deste género: “O Serviço Nacional de Saúde foi um cravo de abril plantado no chão de Portugal”, que é uma referência do diploma que criou o Serviço Nacional de Saúde, o chamado “Diploma Arnaut”. Foi feito um convite ao Sr. Ministro da Saúde, onde iremos dar conta das dificuldades em termos de pessoal médico do nosso Centro de Saúde. A cerimónia contará com a presença do pai do Serviço Nacional de Saúde, Dr. António Arnaut, que irá fazer, na Biblioteca Municipal, uma intervenção sobre o Serviço Nacional de Saúde e os quarenta anos da democracia autárquica em Portugal – no dia 1 de maio, a partir das quinze horas. A inauguração, o descerramento do monumento será às dezasseis e trinta ou às dezassete e trinta, mediante a disponibilidade do Sr. Ministro da Saúde, de confirmar a sua presença. Era só. Muito obrigado.-----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.**-----

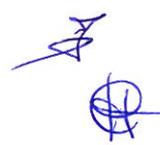
-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 13h00m deu por encerrada a sessão.-----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(José Mário Leite)



1.ª Secretária da Mesa,

Janice Gilha H.S. P.udo
B' (Cristina Trindade)

2.ª Secretária da Mesa,

Patrícia Cecília
(Maria Cecília)